

## “NÃO CONVÊM AOS FRANCESES QUE SEJA O RIO OIAPOQUE A RAIA PARA OS DOIS DOMÍNIOS”: POLÍTICAS E DISPUTAS NA REGIÃO FRONTEIRIÇA DAS GUIANAS FRANCESA E PORTUGUESA NAS DÉCADAS FINAIS DO SÉCULO XVIII

“THE FRENCH DO NOT WANT THE OIAPOQUE RIVER TO BE THE STREAK FOR BOTH DOMAINS”: POLICIES AND DISPUTES IN THE BORDER REGION OF FRENCH AND PORTUGUESE GUIANAS IN THE SECOND HALF OF THE 18<sup>TH</sup> CENTURY



Paulo Marcelo Cambraia da Costa<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar o cenário das políticas de defesa do território ultramarino português nas fronteiras do Grão-Pará com a Guiana Francesa. Destaco a compreensão das várias formas de ocupação dos territórios da fronteira entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa, especialmente a área entre os rios Oiapoque e Araguari. Estes territórios estavam incluídos nas políticas pensadas pelo Estado lusitano para conquistar, colonizar e defender. Para além daquelas políticas os processos de ocupação daqueles territórios envolviam militares desertores, indígenas, religiosos e trabalhadores escravizados fugidos – todos agentes que estabeleciam dinâmicas e redes de sociabilidades independentes dos acordos diplomáticos e das estratégias políticas de França e Portugal. Para a realização deste artigo, utilizamos os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, disponibilizados digitalmente pelo Projeto Resgate.

**Palavras-chave:** Fronteiras; Guiana Portuguesa; Guiana Francesa; século XVIII.

### Abstract

This article aims to present the Portuguese defense policies on the border between Grão-Pará and French Guiana in the last quarter of the 18th century. We intend to highlight the comprehension of some forms of occupation on the cross-border territories between Grão-Pará and French Guiana, especially in the region between the rivers Oiapoque and Araguari. Those territories were included in the Portuguese state policies to conquer, colonize and defend its domains. Along with those policies, the occupation process also involved deserted militaries, indigenous people, religious figures, and fugitive slaves – all historical agents that established dynamics and sociability networks beyond France and Portugal government's diplomatic agreements and policies strategies. In order to develop this article, we accessed documents of the Arquivo Histórico Ultramarino available online by Projeto Resgate.

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Católica de São Paulo. Professor de História da Amazônia do Colegiado de História/Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá. E-mail: [paulo77cambraia@gmail.com](mailto:paulo77cambraia@gmail.com).



**Keywords:** Frontiers; Portuguese Guiana; French Guiana; 18th Century.

## Introdução

Este artigo se inscreve nos estudos históricos que tem nas últimas décadas procurado evidenciar as representações de ocupação dos espaços coloniais, especialmente nos territórios interiores das Américas<sup>2</sup>. Assim buscaremos apresentar o cenário das políticas de defesa do território ultramarino português nas fronteiras do Grão-Pará com a Guiana Francesa, com destaque para as compreensões das várias formas de ocupação dos territórios da fronteira entre as Guianas Portuguesa e Francesa, especialmente a área entre os rios Oiapoque e Araguari. Os processos de ocupação daqueles territórios envolviam militares desertores, indígenas, religiosos e trabalhadores escravizados fugidos – todos agentes que estabeleciam dinâmicas e redes de sociabilidades independentes dos acordos diplomáticos e das estratégias políticas de França e Portugal.

Para o desenvolvimento deste artigo utilizaremos os ofícios e correspondências produzidas pelos governadores do Grão-Pará nas últimas três décadas do século XVIII. Privilegiaremos especialmente, os documentos produzidos por D Francisco de Souza Coutinho, governador que esteve à frente da administração do Estado do Grão-Pará e Rio Negro entre os anos de 1790-1803. Buscaremos com isso contribuir para o debate a respeito das configurações das fronteiras amazônicas coloniais e seus espaços de reconstruções sociais e étnicas, onde se destaca um território de relações sociais em constante renovação e com sujeitos históricos que em grande medida pautaram suas experiências nas fugas e na formação de comunidades de fugitivos<sup>3</sup>.

Durante a segunda metade do século XVIII, os impérios ultramarinos europeus passaram por transformações e reformas que recorrentemente se associam ao conceito de despotismo esclarecido, segundo o historiador Nuno

---

<sup>2</sup> LANGFUR, Hal. Fronteira: convergência e divergência transnacional no estudo do colonialismo interno. *In*: ALVEAL, Carmen; DIAS, Tiago. **Espaços coloniais**: domínios, poderes e representações. São Paulo: Alameda, 2019, pp. 17-34.

<sup>3</sup> GOMES, Flavio dos Santos. **A Hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII e XVIII). São Paulo: Ed. UNESP, Ed. POLIS, 2005. [MARIN, Rosa. E. A.](#) Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos no período colonial. Belém, **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, pp.73-114, 2005.



Monteiro. Esse recorte sofre algumas críticas, mas, mormente é uma cronologia consagrada da história europeia, como o período da Guerra dos Setes Anos (1756-1763), que tinha no seu bojo a disputa colonial entre os Estados europeus no continente americano<sup>4</sup>. Nesse sentido, Carlos Bastos destaca que a ocupação e a defesa das áreas fronteiriças apresentavam grandes desafios para aqueles impérios, representando “ainda obstáculos para a expansão das atividades econômicas, dos padrões culturais e das instituições políticas vigentes em zonas centrais do mundo colonial”<sup>5</sup>.

Para as reformas ocorridas em Portugal, predomina, na historiografia que se dedica ao estudo do tema, o recorte que aponta o início da governança pombalina (1750) como o momento da ruptura do Estado português com as estruturas do passado – tais reformas atingiram seu auge no fim do século XVIII, constituindo de fato uma política colonial<sup>6</sup>. Já para Laura de Mello e Souza, as reformas em Portugal aconteceram antes mesmo da governança de Pombal, em que a referida autora localiza mudanças substanciais nas políticas metropolitanas que datam das primeiras décadas do século XVIII<sup>7</sup>.

O que se viu ao longo do século XVIII foi uma crescente preocupação com o estabelecimento dos limites da América portuguesa ganhou fôlego no Estado lusitano, com o envio de expedições demarcatórias e as articulações para assinaturas de tratados, principalmente com a Espanha, em especial, o assinado em 1750, denominado Tratado de Madri<sup>8</sup>. No foco dessas delimitações, que pressupunham a ocupação e a defesa das fronteiras lusas na América, estavam os territórios que compreendiam as capitanias do Grão-Pará e Mato-Grosso e

---

<sup>4</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Souza Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**, volume 3 (ca 1720 – ca 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 111-56.

<sup>5</sup> BASTOS, Carlos Augusto de Castro. **No limiar dos Impérios**: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. p. 14.

<sup>6</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa.

<sup>7</sup> SOUZA, Laura de Mello e. “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 63-90.

<sup>8</sup> CAMILO, Janaina Valeria Pinto. **A medida da Floresta**: as viagens de exploração e demarcação pelo “País das Amazonas” (Séculos XVII e XVIII). Campinas, SP: [s.n.], 2008. Tese de Doutorado.



seus respectivos limites com os domínios franceses e espanhóis<sup>9</sup>. Neste estudo, interessam as mudanças ocorridas nas terras do Grão-Pará.

Neste artigo recorreremos à denominação já utilizada por Flávio Gomes, “Amazônia portuguesa” para configurar o Estado do Grão-Pará e Maranhão, criado em 1621 pela Coroa lusitana. A partir desse ano, o mencionado Estado ficaria separado administrativamente da governança do Estado do Brasil, que tinha sua capital em Salvador. O Estado do Grão-Pará e Maranhão ficava, política e administrativamente, ligado de forma direta a Lisboa, abrangendo, até meados do século XVIII, os territórios dos atuais Estados da região norte do Brasil, incluindo Ceará, Piauí, Mato Grosso e Maranhão<sup>10</sup>.

Ainda no princípio da década de 1750, a Amazônia portuguesa passou por reordenamentos administrativos expressivos. Referimo-nos à administração do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra, Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Pombal — reinado de D. José I (1750-1777). Significativamente, a partir de 1751, no que concerne aos aspectos políticos e administrativos, substituiu-se o então denominado Estado do Maranhão e Grão-Pará pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão, com a capital instalada em Belém, agora compreendendo os territórios das capitanias do Grão-Pará, do Maranhão e do Piauí<sup>11</sup>, acrescentando-se a essas, a partir de 1755, a de São José do Rio Negro.<sup>12</sup> Essas mudanças levaram a uma intensificação da movimentação militar na região, com o intuito de garantir a presença e afugentar as tentativas, principalmente de espanhóis e franceses, de ocupação daquela região.

Como observou Samuel Benchimol, essas mudanças marcaram o princípio de uma nova política portuguesa na ocupação do Vale Amazônico<sup>13</sup> idealizadas por Pombal e desenvolvidas por seu irmão e governador do

---

<sup>9</sup> POMBO, Nívea. “Unidade política e territorial nos projetos de D. Rodrigo de Souza Coutinho”. In: MOTTA, Márcia, SERRÃO, José Vicente, MACHADO, Marina (org.). **Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 81-103.

<sup>10</sup> GOMES, Flavio dos Santos. **A Hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII e XVIII)**. São Paulo: Ed. UNESP, Ed. POLIS, 2005.

<sup>11</sup> SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)**. São Paulo: Annablume, 2011.

<sup>12</sup> A Capitania de São José do Rio Negro foi instituída pela Carta Régia de 3 de março de 1755, mas sua instalação de fato só aconteceria 3 anos e 2 meses depois na vila da Mariuá (Barcellos). Instituiu-se, assim, um terceiro governo no extremo ocidental da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, com sede administrativa na boca oriental do rio Javari.

<sup>13</sup> Expressão consagrada por Arthur César Ferreira Reis em “A Política de Portugal no Vale Amazônico”, de 1933.

Grão-Pará e Maranhão, Mendonça Furtado (1751-1759). Essa política, ainda segundo Benchimol, era uma tentativa de polarização espacial de conquista e ocupação, fundada na constituição polígono de fortes, aldeias e vilas, tendo como vértices (na parte oriental da Amazônia) São Luís do Maranhão, Belém do Pará e Macapá. No lado ocidental, os lugares de apoio e referência passaram a ser Mariuá (Barcellos), Barra do rio Negro (Manaus), Saracá (Silves), Serpa (Itacoatiara), Ega (Tefé), São José do Javari, Beiradão do Médio Amazonas, Solimões, Borba (Trocano), Príncipe da Beira e Vila Bela do Mato Grosso<sup>14</sup>.

Ao longo da segunda metade do século XVIII, a vila de São José de Macapá, fundada em 1758 para contrapor a intenção da França em dominar a região, passou por um intenso processo de militarização. Arthur Reis lembra que, além das atividades colonizadoras em franco desenvolvimento, foi criado um governo militar no qual os melhores soldados de Portugal vinham para a região. Tendo sido Macapá escolhida a sede do governo militar, o pequeno forte que existia até então “transformou-se na mais notável e potente praça-forte de todo o Brasil”<sup>15</sup>, denotando que tal espacialidade ganhava destaque administrativo e político. Assim, a região de Macapá possuía, em caráter imediato para aquele momento, duas funções para a política colonial portuguesa: contribuía, de maneira decisiva, para a defesa do território e permitia a exploração de gêneros advindos do capital comercial<sup>16</sup>.

A mencionada vila se localizava na área costeira do deságue da parte norte do rio Amazonas, próximo da fortaleza, sendo o rio e a própria construção não mais distantes “que um tiro de espingarda”<sup>17</sup>. Essa região era chamada de Terras do Cabo do Norte<sup>18</sup> porque, segundo Renata Araújo, existia um cabo na

<sup>14</sup> *In Cartas do primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro* - Joaquim de Mello e Póvoas (1758-1761), 1983, p. 22-23.

<sup>15</sup> REIS, Artur César Ferreira. “A ocupação de Caiena”. *In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil, tomo I, vol. III, 13<sup>a</sup> ed., 2011. p. 318.

<sup>16</sup> GOMES, Flavio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal. “Em outras margens: escravidão africana, fronteiras e etnicidade na Amazônia”. *In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio. Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 141-164.

<sup>17</sup> Descrição geográfica da Costa da Guiana Portuguesa desde a Praça de S. José de Macapá até os limites confinantes com a Colônia Francesa. – Memória escrita pelo capitão de mar e guerra José Lopes Valadim, em 1796, destinada a D. José de Souza Coutinho, irmão de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1<sup>o</sup> conde de Linhares e ministro da marinha) e D. Francisco de Souza Coutinho, governador do Grão-Pará. Biblioteca Nacional.

<sup>18</sup> Este território era disputado desde o século XVI por ingleses, holandeses, franceses e portugueses. Em 1637, foi criada a Capitania do Cabo do Norte, doada a Bento Maciel Parente em caráter perpétuo por seus serviços prestados à Coroa portuguesa. Em 1713, a posse lusitana foi confirmada pelo Tratado de Utrecht (cf. REIS, 1993).



costa oceânica do atual Estado do Amapá. Apesar de seu caráter militar, impôs-se ao projeto de povoamento um aspecto agrícola para concorrer com os planos de colonização da Guiana Francesa. Assim, as terras do Cabo Norte receberam um alento de povoamento com a chegada de famílias vindas de Lisboa, de escravos trazidos diretamente da África e de indígenas arregimentados em diversos locais do vale amazônico<sup>19</sup>.

Neste texto, iremos acompanhar a movimentação na fronteira entre a Capitania do Grão-Pará e a Guiana Francesa, destacando as ações do Estado português e dos sujeitos históricos, principalmente dos escravos fugidos, que por vezes subvertiam as ordens impostas pelas autoridades, destacando de que modo à ação dos governados impôs limites e levou os representantes a mudarem suas estratégias de controle<sup>20</sup> nas três últimas décadas do século XVIII, além de evidenciar as disputas entre os governos de Belém e Caiena pela manutenção e alargamentos de seus domínios naquele território localizado entre os rios Oiapoque e Araguari.

Corria o mês de outubro do ano de 1776, e o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, do seu gabinete no palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em Lisboa<sup>21</sup>, enviou um ofício contendo ordens para que o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará tomasse as devidas precauções nas Terras do Cabo Norte, com a movimentação dos franceses em direção à boca do rio Amazonas. O ofício alertava que, embora até aquele momento as “Guerras” com outros países europeus por territórios estivessem restritas ao “Sul do Brasil” e “sendo muito para recear” que se espalhassem por outros territórios das fronteiras da América portuguesa, era preciso, contudo, uma orientação para toda a capitania do Grão-Pará e Rio Negro, principalmente para as fronteiras com a Guiana Francesa.

O governador e suas forças militares deveriam estar “preparados e prontos” com os dois regimentos da capital, Belém, e da vila de Macapá. Apesar

---

<sup>19</sup> MARIN, Rosa. E. A. Agricultura no delta do rio Amazonas.

<sup>20</sup> LARA, Sílvia Hunold. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar: ideias e práticas no império português Séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 21-38. p. 35.

<sup>21</sup> REIS, Artur César Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**. Belém: SECULT, 2 vols. 1993. p. 234-239.



de ter destacado a pouca possibilidade de guerra naquele momento na parte setentrional da Guiana portuguesa, o secretário ordenava em tom de alarme:

unir, exercitar, e disciplinar todos os Corpos Auxiliares, e ainda Ordenanças que se acham nos Distritos da sua jurisdição; para os ter prontos a se servir em caso de qualquer inesperado ataque, muito particularmente da parte do Macapá, armando V. Sa. ao mesmo fim todos os Mazaganistas que forem capazes de pegar em Armas e tendo certeza de que o que há de defender o Grão-Pará, não são tanto as Praças, e as Fortalezas, como os Braços das Guarnições e dos Habitantes desta Capitania, levantando Redutos, formando Emboscadas, inquietando o inimigo com pequenos, e repetidos Ataques; embaraçando-lhe que possam tirar do Continente Víveres, e Provisões; fazendo-lhe em fim uma guerra de chicana e tirando vantagem de todos aqueles meios que oferecem o espaço dos Bosques, e o conhecimento do Terreno, contra os que então de novo nele, e o desconhecem inteiramente<sup>22</sup>.

Instigado pelo litígio entre Espanha e Portugal envolvendo as fronteiras no rio da Prata, na capitania Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina, o governador da vila de Macapá, Lobo de Almada, ainda em 1776 enviou um ofício para o secretário Melo e Castro, alertando que as notícias daquelas disputas eram conhecidas na fronteira com a Guiana Francesa, e que “não poderiam ocultar-se ao governador de uma Praça na fronteira de um Estado português”<sup>23</sup>. Porém, Almada afirmou que, mesmo mantendo sua desconfiança ativada contra os vizinhos franceses, ele não acreditava num ataque ao Pará naquele momento.

Passados oito meses da correspondência destacada acima, em junho de 1777, Mello e Castro voltou a escrever um ofício para João Pereira Caldas. Neste, ratificava-se a necessidade do patrulhamento das Terras do Cabo Norte e afirmava-se que era iminente um ataque dos franceses. Se em outubro de 1776 o tom daquelas observações ponderava que seria muito recear uma disputa com os franceses, neste lembrete a invasão francesa para a conquista da boca do Amazonas era iminente, e o governador precisava ter todo o seu cuidado e vigilância, independentemente de avisos ou recomendações da corte, pois “tendo a certeza de que as coisas se acham em uma tal situação que justamente podemos recear de um e outro momento, o sermos atacados”<sup>24</sup>. Em verificação a essa advertência, o governador Pereira Caldas mandou que o cabo de esquadra

<sup>22</sup> REIS, Artur César Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**. p. 238-239.

<sup>23</sup> AHU\_ ACL\_CU\_013, Cx. 76, D. 6366. 27/12/1776.

<sup>24</sup> REIS, Artur César Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**. p. 239.

Leonardo José Ferreira se dirigisse até Caiena com a desculpa de procurar o “tenente rei daquela praça” para dar notícias de um escravo que havia fugido para o Cabo Norte – o espião deveria, na verdade, levantar informações sobre a movimentação dos franceses<sup>25</sup>.

Na noite enluarada de vinte e oito de outubro, a canoa com o cabo Ferreira, o soldado Adão Manoel, os índios Afonso da Silva, Lopo Manoel, Manoel Ignácio e Agripino da Silva, estes oriundos da vila de Chaves, além de Domingos José, também índio do lugar de Rebordello, partiu da guarda costa do canal do Norte em direção à Guiana Francesa. Na altura do rio Calçoene, distante do rio Oiapoque dois dias aproximadamente, a diligência encontrou dois pescadores provenientes de Caiena. Ao encontrar os pescadores, o cabo Ferreira foi logo informando que estava atrás de uns pretos fugidos e, com esse disfarce, pôde iniciar conversas com as tripulações das embarcações, composta por índios e mestiços. Conseguiram buscar conversas com uns “aldeanos de uma povoação” distante duas horas de viagem do local em que se encontravam os pescadores e, naquela povoação, falaram com o filho do principal.

Todas essas pessoas informaram que em Caiena não havia rumor nenhum de guerra para invadir a Guiana portuguesa, muito menos qualquer movimentação de tropas vindas da Europa. Pelo contrário: disseram que Caiena passava por uma falta de sal, que já fazia mais de seis meses que os últimos navios haviam passado por lá, quando o costume fazia com que constantemente estivessem embarcações vindas da Europa no porto daquela cidade. Mas, em meio ao nada novo das informações levantadas, duas traziam uma ponta de agitação para as autoridades portuguesas. São elas: o principal da aldeia, que os espiões visitaram, havia recebido uma ordem do general de Caiena para preparar certo número de índios para “equiparem uma embarcação” que se dirigiria para a cidade do Pará – no entanto, não se conseguiu descobrir a intenção da viagem; a outra notícia dizia respeito à vinda de muitos casais em um navio grande para o rio Oiapoque, a fim de se construir uma fortaleza na margem daquele rio. Os informantes garantiram que eles tinham passado por Caiena há muito pouco tempo, portanto asseguravam serem novas e verdadeiras aquelas informações.

---

<sup>25</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 78, D. 6505. 30/12/1777.



Ao longo do século XVIII a estratégia portuguesa para manter seus vastos domínios na América constituiu-se em defender o território, buscar a unidade possível e instituir um correio marítimo<sup>26</sup>. Este último elemento esteve especialmente presente nos anos finais daquele século, quando esteve à frente da Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Em fevereiro de 1778, em novo ofício para Melo e Castro, o governador João Pereira Caldas assegurava que os vizinhos franceses de Caiena continuavam em estado de tranquilidade e sem nenhum preparativo militar: a pequena guarnição “daquela Colônia” estava mais diminuta que nos anos anteriores. Naquele momento, a maior preocupação do governo de Caiena era conter a fuga de escravos e a destruição dos mocambos na costa fronteira com a Guiana portuguesa<sup>27</sup>. Porém, ainda em 1778, as maiores preocupações do governador Caldas eram com a continuação do seu próprio governo. Em mais uma correspondência ao secretário Melo e Castro, aquele solicitava um sucessor para governar a capitania do Grão-Pará e Rio Negro, pois as intrigas de alguns oficiais e a insurreição da tropa estavam impedindo o governador de exercer suas funções junto ao real serviço. Aliás, as revoltas, as deserções e as insubordinações militares eram recorrentes na capitania<sup>28</sup>: João Pereira Caldas reclamava principalmente dos oficiais que, em suas palavras, “mais tenho contemplado com o acrescentamento, e com outros particulares favores”. De toda sorte, o governador não foi substituído e sua governança se estendeu até 1780.

Na última década do século XVIII, o governador do Grão-Pará, D. Francisco de Souza Coutinho (1790-1803), informava ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Luís Pinto de Souza, sobre a intenção de movimentação por parte dos franceses na região fronteira com a

---

<sup>26</sup> O correio marítimo foi idealizado pelo governador do Grão-Pará D. Francisco de Souza Coutinho, irmão do secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, este órgão era o principal na hierarquia administrativa das possessões ultramarinas portuguesas. O documento escrito em 1797 recebeu o título de Plano sobre o estabelecimento de um correio marítimo para as correspondências de Portugal com suas colônias na parte setentrional do Brasil. O intuito com o estabelecimento do correio era ter mais agilidade na troca de notícias entre Portugal e o Brasil, especialmente para aquelas capitanias cuja comunicação terrestre com os interiores fosse muito difícil. POMBO, Nívea. “Unidade política e territorial nos projetos de D. Rodrigo de Souza Coutinho”.

<sup>27</sup> AHU\_ ACL\_CU\_013, Cx. 79, D. 6527. 10/02/1777.

<sup>28</sup> A respeito de deserções, insubordinações e deserções militares no Grão-Pará, ver NOGUEIRA, 2009; NOGUEIRA, 2015; CARDOSO; BASTOS; NOGUEIRA, 2015.

Guiana Francesa. As preocupações do governador estavam ligadas a dois problemas antigos nas Terras do Cabo do Norte: primeiro, a presença de embarcações francesas ultrapassando os limites do rio Oiapoque; segundo, a quantidade de mocambos de negros fugidos nas cabeceiras do rio Araguari e as movimentações desses em direção à vila de Macapá. Ainda naquele mês de junho de 1795, o governador Coutinho comunicava ao seu superior o pedido de um morador de Macapá para que se tomassem providências quanto às fugas dos escravos em direção a Caiena:

a carta inclusa de Antonio José Vaz, morador de Macapá porque conhecido o carácter de indolência deste Sujeito o mais rico d'aquela continente, se pôde bem inferir o cuidado em que vivem os mais Moradores a respeito da evasão dos seus Escravos tanto mais para temer agora que em Caiena vão obter liberdade, quando em outro tempo sem essa esperança, e só pela duvidosa de mudar de Cativo estavam eles buscando aquele caminho.

O expediente que acima referi, parece-me o único próprio para evitar este inconveniente, considerando impossível guardar extensos Campos, e inútil a Despesa de Destacamentos de que os Escravos sabem bem evitar o encontro cortando mais para cima, ou por baixo da Situação que acham ocupada.<sup>29</sup>

A passagem é emblemática, pois não só reconhece que as fugas existiam em profusão, mas também porque a recaptura daqueles escravos fugidos se tornava impossível, visto que, segundo Coutinho, eles conheciam muito bem os caminhos, podendo evitar o encontro com as rondas de captura. Apesar de esse ser um problema para o governador, o pior para ele era saber que existiam emissários que incentivavam as fugas, conforme se percebe no trecho a seguir:

Sem dúvida é grande o mal q. se nos pode seguir d'estas fugas da Escravatura nuca porem será Ela comparável ao que nos podem causar alguns Emissários mandados a existir sublevações no interior com a referida Escravatura, com os Índios, e ainda mesmo com os Brancos que não tendo Escravos não tenham que perder como infelizmente há muitos; e por isso tenho prevenido quanto me parece possível a sua entrada em distritos onde sejam de reccar.<sup>30</sup>

Além das fugas e das quase sempre impossíveis capturas, o governador Coutinho denunciava a existência de uma rede de pessoas que instalavam a

---

<sup>29</sup> Pará, 21 de junho de 1795, ofício do capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Cf. REIS, 1993, p. 242.

<sup>30</sup> REIS, 1993, p. 243.



sublevação não só entre os escravos, mas também entre os índios e os brancos pobres. Essas observações do governador permitem considerar que havia uma rede de solidariedade que garantia aos escravos fugidos a possibilidade de refúgios.

Em 1791, Francisco de Souza Coutinho comunicava ao Secretário de Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a realização de uma expedição de reconhecimento do rio Araguari. Os franceses da Guiana ainda buscavam o domínio da foz do rio Amazonas nas Terras do Cabo Norte e, por conta desse objetivo, não aceitavam os limites divisórios no Platô das Guianas fixados no rio Oiapoque pelo Tratado de Utrecht. Coutinho lembrava ainda ao secretário que a manutenção da fronteira no “Rio Oyapoko” era fundamental para a conservação do monopólio dos portugueses do majestoso Amazonas<sup>31</sup>. O governador indicava que os franceses apostavam no conflito de informações e na grande quantidade de rios na região para alargar os limites demarcatórios de suas possessões. Nesse caso, o rio Oiapoque era chamado pelos franceses de “Vicente Pinzón” e pelos índios de “Calçoene”. Dessa forma, o que o governo de Caiena era

Com sutis considerações querem iludir tão incontestável discurso, e talvez para alegar sincera causa para se estabelecerem no Rio Guanany entre o Oiapoque, e o de Viente Pinçon, antes de estar decidido qual deles deva servir de Raia; para se internarem até o Carapaporis quase tributário do Amazonas; para estabelecerem no seu Lugar a Povoação que nela existe, e na margem levantarem o fortim de cuja persistência a malignidade do País nos preservou, buscam inculcar-nos que é o Araguari o que divide os dois Domínios, como bem se infere da recomendação do Governador de Caiena aos Vassalos Franceses; recomendação que eles pouco respeitão frequentando, e repetindo a Pescaria no grande Lago deste Rio, como se refere no citado Diário.<sup>32</sup>

Como se pode perceber na manifestação do governador Coutinho, a disputa pelas Terras do Cabo Norte, no final do século XVIII, continuava sendo a posse da foz do rio Amazonas. Para garantir essa tarefa, era necessária, segundo Coutinho, a manutenção dos domínios do rio Araguari. Aqui parece claramente que no Cabo Norte as estratégias de conquista e manutenção das

<sup>31</sup> AHU\_ACL\_CU013, Cx. 101, D. 7977. Pará, 01/06/1791.

<sup>32</sup> AHU\_ACL\_CU013, Cx. 101, D. 7977. Pará, 01/06/1791.



fronteiras passavam pelo controle da abundante bacia hidrográfica da região<sup>33</sup>. Além de a localização do rio Araguari ser fundamental para a conquista do Vale Amazônico, em correspondência de março de 1791, o governador Coutinho lembrava que o lago do Araguari era rico em peixes e dizia ter informações dos moradores da Praça de Macapá sobre a existência de um fortim com artilharia dos franceses.

Segundo o governador, a intenção dos franceses, ao garantir a posse do rio Araguari, seria estabelecer comunicação pelos canais interiores com o rio Amazonas. A isso se somava a preocupação da governança do Grão-Pará; o contrabando que se estabeleceria com a perda do Araguari; o fato de a região se tornar definitivamente asilo de desertores e “o mais seguro Mocambo a que os Escravos se recolham”, prejudicando a agricultura; além da influência para “introduzir-se por aquela vizinhança, aquele maligno Espírito Vertiginoso, que os tem desgraçadamente consumido”<sup>34</sup>. A derradeira preocupação do governador dizia respeito às fugas de escravos no Cabo Norte, que tinha como principal destino as cachoeiras do rio Araguari.

A respeito da relação com os franceses nas fronteiras das Terras do Cabo Norte, anunciada acima, o governador do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho, produziu um texto que ficou com o título de “Reflexões sobre o modo, porque se deve atacar a Guiana Francesa sobre as Forças, que são necessárias para se intentar o ataque, e sobre as que tem o Pará para concorrer para esta Empresa”<sup>35</sup>. Neste documento, como sugere o título, Coutinho propõe uma invasão preventiva e definitiva da Guiana Francesa. O governador informa, com muitos detalhes, sobre a hidrografia e a geografia da região, assim como as possíveis defesas e socorro dos franceses. Porém, chama atenção, na introdução das reflexões, de maneira direta e sem rodeios, a acusação de que, até aquele momento (1797), o Estado português não havia ainda elaborado uma política de ocupação e defesa das terras fronteiriças com a Guiana Francesa. Coutinho lembrava que, em 1793 e 1794, destruiu alguns estabelecimentos franceses, formados muitas vezes com “gente nossa” entre os rios Oiapoque e Calçoene. O

---

<sup>33</sup> Em levantamento feito com imagens de satélites, em 2004, os técnicos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá contabilizaram um total de trinta e nove bacias hidrográficas no Estado. Cf. MAPOTECA Digital, Coleção de Mapas – 2004. Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá. *Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado do Amapá*.

<sup>34</sup> AHU\_ACL\_CU013, Cx. 100, D. 7957. Pará, 01/03/1791.

<sup>35</sup> AHU\_ACL\_CU013, Cx. 100, D. 7957. Pará, 01/03/1791.



governador também reclamava que não havia recebido “Instruções competentes, e me via obrigado a proceder sempre como quem anda por casas às escuras por falta de Ordens, que me alumiasse”<sup>36</sup>.

Nas correspondências entre os governadores e os secretários de Estado de Marinha e Ultramar, no que se refere à segunda metade do século XVIII, Francisco de Souza Coutinho foi o primeiro governador e capitão general do Grão-Pará a propor a invasão de Caiena, pelo menos de maneira elaborada. Nessa mesma documentação, encontram-se com recorrência notícias de possíveis tentativas, por parte dos franceses, de ocupar a vila de São José de Macapá – como a que aconteceu em 1774, quando uma autoridade comunicava ao secretário Martinho de Melo e Castro a intenção do sargento-mor e engenheiro João Batista Vanboskstaël de infiltrar-se no Ministério da Marinha francês para investigar uma possível tomada da Praça de Macapá. Segundo consta na correspondência, os franceses possuíam um mapa pormenorizado que descrevia o rio Amazonas e as povoações do Grão-Pará<sup>37</sup>.

Não raro, as escoltas de capturas nas fronteiras das Terras do Cabo Norte conseguiam recapturar escravos fugidos e índios, e a estratégia para evitar novas fugas era enviá-los para lugares bem distantes através da navegação costeira. Contando com a falta de conhecimentos do novo território, esperava-se que as ações das autoridades seriam suficientes para conter as fugas em direção às fronteiras com a Guiana Francesa. No trecho da correspondência a seguir, o governador Coutinho constata, entretanto, de maneira resignada, o que denomina de “tristíssima verdade”:

Transportados por fora, e pela Navegação da Costa a esta cidade [Belém], dela remetidos para o Caieté ou Bragança na Estrada do Maranhão com a maior cautela entregues ao oficial que ali comandava, e ao Diretor, rodeados de Moradores Brancos, e com a mais positiva recomendação para se não chamarem para Serviço algum nem público nem particular mais que para os de reformarem os seus pequenos Estabelecimentos, nem isto, nem a falta de conhecimento do território, em que existiam, nem a dificuldade de se passarem para o que antes ocupavam, ou o receio de serem encontrados pelas Escoltas, que efetivamente o guardavam como não lhes era oculto, nada pou de ter não neles.

---

<sup>36</sup> IHGB, Coleção Manoel Barata – Memória sobre a Defesa da Capitania do Pará no Governo de D. Francisco de Souza Coutinho; E outros documentos do tempo do seu governo, Plano de conquista da Guiana Francesa. 1791-1797 – Lata 281, pasta 6, 102 fls. Pará, 8 de abril de 1797. Cf. GOMES; QUEIROZ; COELHO (orgs.), 1999, p. 66.

<sup>37</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.72, D. 6131. Lisboa, 07/04/1774.



Ousaram sair ocultamente daquela Villa nas pequenas Montarias, que puderam furtar, ousaram descer o Rio dela até sua foz no Oceano distante da Barra desta Cidade vinte ou mais leguas e botando-se ao largo foram quase mortos de fome, e de sede aportar huns no Cabo do N, outros mais abaixo, donde se passarão para Caiea, tendo vencido em semelhantes Embarcações uma travessia de 70 ou mais léguas [398 km] por alto mar. Finalmente nem o verem apreendidos alguns dos primeiros, que tentarão semelhante viagem, nem a notícia, que se fez correr de se terem perdidos os outros, foi bastante a evitar que no ano passado deixassem d'evadir-se em muito maior número, de modo que atualmente já são mui poucos os existentes. Quando, pois, nem um dos obstáculos ponderados pôde conter aqueles, como se poderão conter os outros estimulados efetivamente por tantos modos desde tanto tempo.<sup>38</sup>

A constatação que o governador entregava ao seu superior era talvez a maior preocupação com a manutenção das posses fronteiriças das Terras do Cabo Norte porque, para Coutinho, o problema não era apenas a fuga dos escravos e índios para Caiena, mas o contato com as ideias de liberdade que circulavam por lá entre os negros livres e os fugidos, os quais poderiam se tornar emissários de uma guerra interior nas terras portuguesas. Assim, Coutinho sentenciava:

Aqui ao contrário os Pretos de diferentes Nações que temos por Escravos são Pais, Filhos, e Irmãos dos que existem livres na confiante Colônia. Os Índios das diferentes nossas Povoações ainda que diferentes Nações, quase todos têm parentes em Caiena<sup>39</sup>.

Desses contatos e interações com os franceses, o receio maior do governador era de que os “nossos fugidos” se tornassem agentes da desordem em terras lusas, pois aqueles conheciam muito bem os rios, os riachos, as ilhas e as remotas e espalhadas povoações das terras do Cabo Norte. Sentenciava o governante que,

quando menos se pense, podemos ter dentro em Casa um grande corpo dos nossos aramados contra nós, e quando esperamos por grande remédio o grande mal de nos vermos livres de escravos e índios, podemos achar-nos às mãos com eles<sup>40</sup>.

A situação da administração portuguesa, nas fronteiras com a Guiana Francesa, vivia uma contradição preocupante, pois a mão de obra escrava, que

<sup>38</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.112, D. 8712. Pará, 20/04/1798.

<sup>39</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.112, D. 8712. Pará, 20/04/1798.

<sup>40</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.112, D. 8712. Pará, 20/04/1798.



era fundamental para a manutenção da ordem colonial portuguesa por essas terras, também poderia ser, quando fugida em direção a Caiena e em contato com os cativos daqui, a destruição definitiva da escravidão no Grão-Pará e da própria colonização portuguesa no delta amazônico.

Para o governador, os escravos que fugiam em direção a Caiena contavam com o auxílio decisivo dos franceses, pois esses tinham a clara estratégia de fustigar a administração portuguesa, incentivando as fugas e, em alguns casos, até a invasão da vila de Macapá para resgatar escravos cativos. Coutinho lembrava ao irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que em 1791 esse fato já tinha acontecido, chegando os fugidos a ameaçarem colocar fogo nas casas, o que encorajava os cativos a intimidarem seus senhores para não serem castigados. Era uma indignação para o governador saber que não existia um escravo fugido que vivesse sossegado nos mocambos, pois a existência de todos estava condicionada aos furtos nos sítios dos moradores. Mas, sem dúvida, para Coutinho, o mais ousado foi ter invadido o povoado de Macapá para aliciar e levar até mesmo à força os companheiros cativos, principalmente mulheres.

Fica evidente que, para Coutinho, toda a agitação nas fronteiras com as fugas de escravos tinha uma participação decisiva das “maquinações dos franceses em auxílio com abundância de meios”. Os tais meios traziam consigo a dificuldade de vigilância e defesa das fronteiras do Cabo Norte e de sua vila principal, Macapá, das ameaças constantes dos franceses de tomarem-na. Naquele momento, as forças francesas se concentravam no rio Oiapoque, distante 80 léguas de navegação costeira de Macapá. A comunicação por terra tinha a travessia de matas, pântanos, rios grandes e pequenos, e um imenso sertão sem socorro algum. Para o governador, esses fatores eram dificultadores da aproximação dos franceses da foz do Amazonas.

Acontece que o governador tinha informações de que os franceses já tinham estabelecimentos em outros rios, e não se contentariam com os limites do rio Calçoene, estabelecido naquele momento com a divisa entre as terras portuguesas e francesas pelo Tratado de Paris, de 1797. Como o rio Calçoene estava distante apenas duas léguas do rio Mayacaré, este facilitaria a chegada ao rio Araguari sem precisar da navegação costeira estando, portanto, mais próximo das “portas de Macapá”. A preocupação com o estabelecimento dos franceses no Araguari se potencializava ainda mais porque, como já era sabido



por todas as autoridades, aquele rio “sempre foi o trilho dos fugidos, ficando perto do intrincado labirinto d’ilhas da foz do Amazonas para aproveitar as comunicações mais ocultas com a de Marajó”. Coutinho conclui essa passagem afirmando que os franceses estavam numa posição confortável para atacar as defesas portuguesas na foz do rio Amazonas.

Os franceses estavam confortáveis porque, além dos escravos fugidos e dos índios que se aliavam aos estabelecimentos franceses, os brancos desertores que não tinham escravos ou que os possuíam em número bem reduzido também se associavam aos franceses, principalmente, no comércio clandestino e, finalmente, ao estabelecerem povoados em vários rios das Terras do Cabo Norte. Aqueles estavam garantindo para as suas tropas a sobrevivência necessária para se deslocarem pelo interior da região sem serem obrigados a navegar pela costa, por onde, aliás, segundo Coutinho, as investidas francesas seriam facilmente interceptadas pelas defesas do Grão-Pará – o que não era o caso, visto que as dificuldades de movimentação pela região eram gigantescas para as tropas portuguesas.

Para o governador do Grão-Pará, somente um milagre da onipotência divina a favor dos portugueses poderia garantir a continuidade da posse das Terras do Cabo Norte. Se os franceses, sentenciava Coutinho, não desistissem de seu sistema revolucionário (a escravidão estava abolida desde 1794 na Guiana Francesa), “o Pará não pode escapar de ser vítima dele em poucos anos”; e mais: isso levaria a ruína o reinado do Brasil. Parece ser evidente que o discurso do governador para seu irmão secretário de Estado da Marinha e Ultramar, pessimista e resignando quanto à possibilidade de perda do Cabo Norte, estava a serviço de uma estratégia de uma invasão preventiva de Caiena, sendo necessário, portanto, convencer seus superiores dessa jornada com um discurso que atribuía um perigo imediato de os vizinhos franceses tomarem a região:

Sendo tudo quanto fica referido ou repetição, ou imediata consequência do quanto tenho participado sobre o mesmo objeto em anteriores ofícios notadamente no de N. 37 do Ano de 1793 em data de 1º de Outubro, em que expus a necessidade de que a não poder-se conseguir que o Oiapoque fosse o Limítrofe, o fosse ao menos o Cassiporé, fica evidente na Real Presença da Sua Majestade a pureza do motivo, que ditou este que é o não equivoco desejo de cumprir fielmente com as obrigações do Emprego em que foi servida constituir-me, e que ainda assim escusara mortificar novamente a Sua Real Atenção sem





necessidade de solicitar providências adequadas, é de expor as que alcanço.<sup>41</sup>

Naqueles anos finais do século XVIII, os limites de demarcação no Platô das Guianas que separavam os domínios de Portugal e França transitavam entre os rios Oiapoque e Araguari. Em linha reta, são aproximadamente 340 km entre esses rios. Entre os rios Oiapoque e Araguari, estavam outros três grandes rios: Calçoene, Guanany ou Calmeme, e Cassiporé. Entre os anos de 1797 e 1802, quatro tratados diplomáticos foram acordados, estabelecendo que os limites entre as colônias transitaram pelos cinco rios. Acompanhando as correspondências dos governadores do Grão-Pará, na segunda metade dos setecentos, verifica-se, pelas reclamações, principalmente nos anos de 1790, que existiam pelo menos três camadas que definiam e redefiniam as fronteiras: a primeira era a dos acordos diplomáticos; a segunda era a da atuação das autoridades locais, portuguesas e francesas, frente ao acordado; e a terceira – a mais significativa para essa pesquisa –, a camada dos sujeitos sociais, que estabeleciam dinâmicas próprias para viver as suas vidas e subverter as tentativas do Estado em controlar a fronteira.

Coutinho afirmava que o maior temor para a manutenção dos domínios portugueses era a proximidade dos estabelecimentos franceses junto ao rio Araguari, pois, segundo ele, os franceses conheciam muito bem as potencialidades daquele rio, tanto quanto à localização de sua desembocadura, próxima algumas horas da vila de Macapá, quanto à sua proximidade com a ilha de Maracá, local de abundância de peixes, onde durante muito tempo diversas embarcações de Caiena vinham pescar e comerciar com as “gentes fugidas e refugiadas nos estabelecimentos franceses dessa Ilha”. Em tempos anteriores ao seu governo, os povoados juntos daquele rio tinham destacamentos e presídios<sup>42</sup>, assim como mantinham uma rota de fornecimento de produtos com Caiena.

Acompanhando as considerações de Coutinho para seu irmão, Rodrigo de Souza Coutinho, pode-se perceber o quão distante estava o mundo dos acordos diplomáticos da realidade de ocupação dos territórios das Terras do Cabo Norte.

---

<sup>41</sup> Pará, AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.112, D. 8712. 20/04/1798.

<sup>42</sup> A primeira casa forte do rio Araguari foi levantada em 1660, distante 68 léguas do Oiapoque. Em 1687, foi construído um novo forte na confluência do rio Araguari com o rio Maricari. Cf. CASTRO (org.), 1999, p. 154-155.



As disputas não se davam apenas pelos rios que delimitariam os limites entre um território e outro, mas também pelas enseadas e baías de deságue daqueles rios, uma vez que o possuidor de determinada enseada reclamaria para si os rios que desaguassem nela. Portanto, as definições dos limites territoriais estavam muito mais condicionadas pela movimentação das pessoas por esse território: militares, mas principalmente índios e escravos fugidos de ambos os lados. Nesse último caso, trata-se de movimentos muito bem aproveitados pelos franceses para instigarem a desestabilização do território português, como fica explicitado no trecho a seguir:

Da mesma forma acho que devemos abandonar alguns Estabelecimentos principiados nas ilhas de Caviana e Mexiana chamando os seus proprietários para o interior da de Marajó, e que os Índios Aruãs de Chaves e Rebordelo, que são os que tem mais Parentes com os Franceses, e os mais robustos e fortes entre os deste Estado se chamem também para o interior do Marajó, tudo a fim de dificultar a comunicação não só pelo meio desta considerável distância entre os nossos e o seus Estabelecimentos, mas pelo de efetivas Embarcações armadas e de Ronda nos passos (?), e no Distrito, que devemos guardar.

Mais que tudo é preciso estudar e estabelecer todos os meios de conservar os Índios. Já a esse respeito disse o que entendia. Agora digo demais que não temos tempo que perder, e que é melhor sofrer a sua ociosidade do que arriscarmos ou a ficar sem eles, ou a tê-los por Inimigos. He preciso quanto antes extinguir este Sistema de Diretório, e Diretores, que tanto os tem escandalizado, e permitir que na realidade se governem como os mais Vassallos e tenham os mesmos Direitos que eles. He preciso mesmo desistir de os obrigar ao violento serviço das Fabricas de Madeiras, e para substituir esta falta mandar vir Escravos, e vende-los a credito aos fabricantes para pagarem com Madeiras das suas fabricas, que em tal caso se podem promover quanto se queira conforme o número de Escravos, que se adiantarem a cada fabricante.

[...] preciso se devera fazer quando se trata de conservar esta Costa tão necessária para a defesa do País, que de todos d'América fica sendo o mais exposto. Semelhantemente é preciso aumentar consideravelmente os meios da defesa, e na mesma proporção que os nossos terríveis vizinhos foram aumentando os de ataque.<sup>43</sup>

Este trecho revela a intrincada rede de relações a que as autoridades portuguesas estavam submetidas, na tentativa de garantir as terras próximas da foz esquerda do rio Amazonas. Para garantir isso, estava claro que conhecer e defender a área compreendida entre os rios Calçoene e Araguari seria fundamental. A esse respeito, causa estranheza que até aquele momento o

<sup>43</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 112, D. 8712. 20/04/1798.



governo do Grão-Pará não tivesse informações detalhadas do território em questão, visto ser essa uma área há tempos disputada e notória em refugiar escravos fugidos, principalmente os de Macapá. Era preciso levantar informações de todas as comunicações entre o Calçoene e o Araguari, considerando seus lagos, braços e cachoeiras, até chegar na costa do território.

A preocupação das autoridades com a garantia da posse do rio do Araguari se intensificou em 1783, com a notícia do surgimento de um novo estabelecimento dos franceses nas vizinhanças daquele rio. Em ofício<sup>44</sup> endereçado ao recém-empossado governador do Grão-Pará, Martinho de Souza e Albuquerque, o governador militar da vila de Macapá, Manoel da Gama Lobo de Almada, comunicava que, desde julho de 1782, já tinha enviado para o antigo governador, José Nápoles Telo de Menezes, o comunicado que um espanhol havia sido trazido para Macapá do lago do rio Araguari. O espanhol trãnsfuga declarou para Almada que havia desertado da colônia dos franceses. Ao ser interrogado, ele deu detalhes preciosos sobre as defesas de um estabelecimento nas cabeceiras do Araguari, junto ao lago Arari. Durante o tempo que esteve com os franceses, o desertor exerceu o ofício de serralheiro. Lobo de Almada relatou que o espanhol carregava consigo o bilhete de um desertor da praça de Macapá, chamado Ângelo Custódio. O papel foi enviado para Almada, que constatou que a mensagem trazia uma assinatura a qual ele reconhecia sendo a do desertor Custódio. O bilhete dizia o seguinte:

Parte do distrito de Caiena, novidades da Costa do Mar, estão os Franceses, com intenção de formarem uma Fortaleza na Ilha de Gurury, a ordem de El Rei de França, ao que darão princípio neste verão, quando não seja na dita Ilha, será na Boca do Lago do Araguari, e para o que estão já destacados seis soldados no dito Lago, para o efeito, a fé que devo ao nosso Rei, me obriga o mais informará melhor o portador, que vai ausente do dito destacamento<sup>45</sup>.

O inusitado foi o fato de um desertor do lado português ter continuado a enviar informações sobre as movimentações dos franceses no território fronteiro, mesmo tendo guarida no povoado francês. Não poderíamos deixar de considerar que o espanhol não foi parar em Caiena por vontade própria. Ele era um náufrago de uma embarcação que saíra da Espanha e se acidentou na costa do Cabo Orange. No momento em que foi encontrado, ele estava com a

<sup>44</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 90, D. 7368. São José de Macapá, 09/12/1783.

<sup>45</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 90, D. 7368. São José de Macapá, 09/12/1783.



intenção de retornar para a sua pátria de maneira segura; portanto, seria convincente dizer às autoridades portuguesas o que elas queriam ouvir a respeito da organização de povoados franceses. Para tal constatação, Almada propôs uma averiguação a ser realizada pelo sargento da praça de Macapá, João Vasco Manoel de Braun. O desertor espanhol tinha informações preciosas, pois, por ser serralheiro, durante sua estada em Caiena, fora obrigado a trabalhar no seu ofício e, antes de chegar em Macapá, estava auxiliando um capitão engenheiro que havia feito uma viagem de reconhecimento das fronteiras coloniais de Portugal na América – haviam eles chegado até a medir as margens do rio Araguari.

Dessa viagem de reconhecimento, originou-se a descrição sobre um povoado instalado nas cabeceiras do Araguari, mais exatamente no lago Arari, cuja reprodução consideramos fundamental para os intentos propostos por este artigo. A população do lago do rio Arari era educada no idioma francês, ensinado por um vigário chamado João de Padilha, formado na ordem religiosa jesuíta. Quase todos os moradores daquela povoação eram da “nação Aruã”, originária da Ilha Grande de Joanes, localizada no arquipélago do Marajó. Dentre esses indígenas, existia um chamado “Joanico”, que fora condecorado com uma patente de capitão. Junto a essa população indígena, existiam muitos soldados desertores das forças militares do Grão-Pará, com vários nomes. Mas em ofícios e lembretes trocados entre as autoridades, só aparece o do já citado Ângelo Custódio.

Sobre a descrição das defesas do povoado, o governador de Macapá, Almada, escreveu ao governador Castro o que ouviu do espanhol desertor<sup>46</sup>:

eles tratam de fortificar um estabelecimento novo que pelo que ele diz distará de Macapá, pelo rio, pouco mais ou menos doze dias. Por terra não posso calcular, porque não sei os passos e mãos que haverá a vencer. Disse-me mais, que já para o dito lugar viera um Destacamento de 20 soldados: que se falava em que o dito Destacamento montaria a 50 homens: e que ainda

---

<sup>46</sup> O interrogatório feito pelo governador da praça de Macapá, Manoel Gama Lobo de Almada, ao espanhol desertor que conseguiu levantar as informações sobre a povoação francesa em território português também teve um momento inusitado: tentando arrancar mais informações, Almada, “depois de ouvir por diferentes vezes lhe fazer perguntas que me ocorreram necessárias; mandei-lhes dispor duas vezes de ceiar por dois oficiais inferiores, de confiança, para que por meio da ceia lhe dessem vinho bastante a ver se no calor do vinho dizia alguma coisa que importasse sabermos. Tudo que ainda então disse de nenhuma sorte discorda com a que depôs na relação que acima acuso”. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 90, D. 7368. Pará, 09/12/1783.



haveria outro de 25: que já ali se acham 4 peças de artilharia e que ouvira que se faria lá uma embarcação de diferente construção do que duas que atualmente andam na condução de materiais e viveres para a referida povoação.<sup>47</sup>

Como havia prometido, a viagem de averiguação dos relatos do espanhol foi realizada quatro meses depois da passagem daquele pela vila de Macapá. O sargento-mor João Braun, acompanhado de outros dois homens, Manoel Pantoja e Manoel da Palma, os quais tinham “conhecimento daqueles rios e suas margens”, partiram em direção à região das cabeceiras do rio Araguari. Constataram de fato existir o tal povoamento no lago do rio Arari, porém não conseguiram saber com exatidão se as terras estavam em domínios portugueses ou franceses, por “haver aqui instrução, título ou mapa algum que denote” tais domínios. Confirmou-se a presença da povoação com as citadas defesas militares, não no rio Arari, mas no lago imediato à foz do rio Mecari ou Mayari, um braço do rio Araguari<sup>48</sup>.

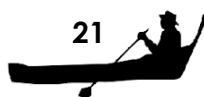
Ainda em dezembro de 1783, o governador Martinho de Souza e Albuquerque comunicava ao secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o estado em que se encontrava a vigilância sobre a entrada dos canais norte e sul da boca do rio Amazonas, que, por ordem régia, deveria ter duas embarcações “guarda-costas” com efetivos de dois barcos de guerra, constando dez militares e vinte e cinco índios em cada uma das embarcações. Este efetivo deveria vigiar os canais, especialmente o Norte, via de acesso para as terras da Guiana Francesa, acesso preferido de desertores e escravos fugidos de Macapá.

O governador se queixava que seus antecessores haviam retirado as embarcações, a começar pela “guarda-costas” do canal Sul, em 1778, pelo governador João Pereira Caldas. Foi alegado que, em tempos de paz com os franceses, não era necessário manter dois barcos com os respectivos efetivos, e, por isso, manteve-se apenas a patrulha do canal Norte. Mas, segundo Souza e Albuquerque, o governador José de Nápoles, sem alegar o motivo, retirou a embarcação responsável pelo canal Norte. Escrevia Souza e Albuquerque que

---

<sup>47</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 90, D. 7368. São José de Macapá, 09/12/1783.

<sup>48</sup> COUTINHO, Francisco Maurício de Souza. Ofício a Martinho de Melo e Castro, relatando-lhe todos os passos da expedição que mandou fazer na região do Oiapoque, perto da povoação francesa na Guiana. [S.I.], 1789-1798. Cóp. Ms. Coleção Linhares. Biblioteca Nacional.



presentemente se não acha ali embarcação alguma, nem quem possa conter a fuga dos índios e escravos que em grande número passam para os domínios de França e igualmente quem possa vigiar que se não adiantem para os domínios de Sua Majestade os estabelecimentos franceses.<sup>49</sup>

O problema crônico para o Estado português na fronteira retratado na passagem acima atravessou toda a segunda metade do século XVIII e se estendeu nas governanças de oito governadores e capitães gerais do Grão-Pará e Rio Negro. Tais governanças foram iniciadas no mandato de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e finalizadas no último governante dos setecentos, Francisco de Souza Coutinho.

### **Considerações finais**

Nos últimos dias do ano de 1799, o prático, Francisco Xavier Alcântara, e o piloto, Francisco Soares Vieira, comunicavam oficialmente ao governador do Grão-Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, que haviam descoberto o canal que ligava de maneira rápida e segura a foz do rio Amazonas a Praça de Macapá. Isso significava pelos menos seis horas a menos de navegação em relação aos trajetos anteriormente conhecidos. O prático Francisco viajou pelo menos três vezes consecutivas para o mapeamento dos canais da foz do rio Amazonas. Já o piloto Francisco, também tinha uma larga experiência em viagens para aquela foz e para a costa de Macapá. Inclusive muitos dos descobrimentos sobre caminhos fluviais e canais daquela parte setentrional do Grão-Pará se deviam ao conhecimento daqueles dois sujeitos. Estas considerações foram feitas pelo governador Coutinho ao secretário de Marinha e Ultramar, D. Rodrigo Coutinho<sup>50</sup>. Segundo o governador, a navegação das embarcações portuguesas pela foz do rio Amazonas estava garantida com a presença de duas charruas que faziam a vigilância daquela costa.

O governador Coutinho era um entusiasta da construção de embarcações na capitania do Grão-Pará, pois acreditava que aquelas embarcações eram fundamentais para a navegação e expedições ao rio Amazonas e seus afluentes, e a fabricação delas na própria capitania era bem vantajosa, dada a quantidade e qualidade das madeiras originárias da região.

---

<sup>49</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 90, D. 7372. Pará, 21/12/1783.

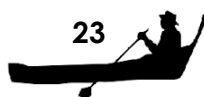
<sup>50</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 116, D 8958. Pará 23/11/1799.



Nas três últimas décadas do século XVIII, os territórios fronteiriços que separavam as Guianas Francesa e Portuguesa, marcadamente a região entre os rios Oiapoque e Araguari, passaram por contínuos processos de disputas. Isto porque para além dos planos de ocupação, colonização e defesa daqueles limites territoriais, desenvolvidos e executados por governadores, forças militares e administradores colônias, naquelas terras viviam sujeitos sociais, entre eles: indígenas, escravizados de origem africana, colonos empobrecidos, fugitivos da justiça, desertores militares, posseiros que em boa parte das situações que envolviam as definições dos interesses territoriais de França e Portugal, não estiveram sobre o controle daqueles Estados. Aqueles sujeitos, em muitos casos, fizeram suas escolhas próprias, escolheram seus próprios caminhos para traçar suas vidas naqueles verdes labirintos.

**Data de submissão:** 07/09/2022

**Data de aceite:** 06/10/2022



## Referências

ARAÚJO, Renata Malcher. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 2ª ed., 1998.

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. **No limiar dos Impérios**: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780- c.1820). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13012014-104147/pt-br.hp> Acesso em 15/10/2017.

CAMILO, Janaina Valeria Pinto. **A medida da Floresta**: as viagens de exploração e demarcação pelo “País das Amazonas” (Séculos XVII e XVIII). Campinas, SP: [s.n.], 2008. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280826>. Acesso em: 15 jan. 2016.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O fecho do império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos (org.). **Nas Terras do Cabo Norte**: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFGA, 1999, pp. 129-193.

GOMES, Flavio dos Santos. **A Hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII e XVIII). São Paulo: Ed. UNESP, Ed. POLIS, 2005.

GOMES, Flavio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal. “Em outras margens: escravidão africana, fronteiras e etnicidade na Amazônia”. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio. **Os senhores dos rios**: Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 141-164.

LARA, Silvia Hunold. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar**: ideias e práticas no império português Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p. 21-38.

LANGFUR, Hal. Fronteira: convergência e divergência transnacional no estudo do colonialismo interno. In: ALVEAL, Carmen; DIAS, Tiago. **Espaços coloniais**: domínios, poderes e representações. São Paulo: Alameda, 2019, p. 17-34.

MARIN, Rosa. E. A. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos no período colonial. Belém, **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, pp.73-114, 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/48>. Acesso em: 18 abr. 2017.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Souza Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**, volume 3 (ca 1720 – ca 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 111-56.





NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “**A soldadesca desenfreada**”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. Disponível em: [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2009\\_nogueira\\_shirley\\_a\\_soldadesca\\_desenfreada.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2009_nogueira_shirley_a_soldadesca_desenfreada.pdf). Acesso em: 05 out. 2015.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “O cotidiano das tropas luso-brasileiras na Guiana Francesa”. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (org.). **História militar da Amazônia**: guerra e sociedade (séculos XVIII-XIX). Curitiba: Editora CRV, 20015, p. 115-128.

POMBO, Nívea. “Unidade política e territorial nos projetos de D. Rodrigo de Souza Coutinho”. In: MOTTA, Márcia, SERRÃO, José Vicente, MACHADO, Marina (org.). **Em terras lusas**: conflitos e fronteiras no Império português. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 81-103.

RAVENA, Nírvia. “Maus vizinhos e boas terras’: ideias e experiências no povoamento do Cabo Norte – século XVIII”. In: GOMES, Flávio dos (org.). **Nas Terras do Cabo Norte**: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 63-96.

REIS, Artur César Ferreira. “A ocupação de Caiena”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil, tomo I, vol. III, 13ª ed., 2011.

REIS, Artur César Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**. Belém: SECULT, 2 vols. 1993.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do Norte**: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Annablume, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 63-90.

### Documentos consultados

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 116, D 8958. Pará 23/11/1799.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 123, D 9501. Pará 01/12/1802.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 90, D. 7372. Pará, 21/12/1783.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 116, D 8958. Pará 23/11/1799.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 118, D 9081. Pará 20/09/1800.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 90, D. 7368. São José de Macapá, 09/12/1783.

